

Câmara Municipal de Ijaci

Legislatura 2017/2020

PARECER JURÍDICO 09/2020

Projeto de Lei nº 29/2019

Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

1. RELATÓRIO

Trata-se de *Projeto de Lei* de autoria do Prefeito, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Em sua justificativa, o Prefeito aduz sobre a necessidade de atualização da legislação municipal que trata sobre a Política de Assistência Social no âmbito do Município de Ijaci, visando atualizar as disposições às atuais exigências do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, sob o prisma da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social).

Do art. 1º ao art. 4º, o projeto de lei apresenta o Capítulo I, onde estão listados as definições e os objetivos da Política Municipal de Assistência Social. No art. 5º e no art. 6º, estão listados os princípios e diretrizes. Do art. 7º ao art. 14 está regulamentada a organização e a gestão da política pública. Do art. 15 ao art. 19, estão listados os benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social. Do art. 20 ao art. 26, estão previstas as disposições sobre a constituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência

Câmara Municipal de Ijaci

Legislatura 2017/2020

Social. Do art. 27 ao art. 30, estão previstos os critérios de financiamento das ações de Assistência Social. Por fim, do art. 31 em diante, estão previstas as disposições transitórias.

Em síntese, é o relato do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O **art. 30, inciso I, da CRFB/88**, dispõe que é de competência dos Municípios legislar acerca de assuntos de interesse local, sendo tal disposição repetida no **art. 16, inciso II, da LOM**.

Ademais, o **art. 19, inciso II, da LOM**, dispõe que compete ao Município, em harmonia com o Estado e a União, *“dentro da ordem social, que tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça sociais: participar do conjunto integrado de ações do Poder Público e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”*.

Além disso, o **art. 156, §2º, da LOM**, dispõe que o Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo, sendo que o plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no **art. 203 da CRFB/88**.

Câmara Municipal de Ijaci

Legislatura 2017/2020

A Lei nº 8.740/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, estabelece que compete aos Municípios o seguinte:

Art. 15. Compete aos Municípios:

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei.

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Em relação ao conteúdo do Projeto de Lei nº, verifica-se estar de acordo com as principais normativas relacionadas à organização de conselhos municipais de assistência social, como a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 (Norma Operacional Básica do SUAS), e a Resolução CNAS nº 15, de 5 de junho de 2014.

Câmara Municipal de Ijaci

Legislatura 2017/2020

Portanto, estritamente sobre os aspectos da **legalidade** e **constitucionalidade**, o *Projeto de Lei nº 2/2020* está apto a ser apreciado pelo Poder Legislativo Municipal, cabendo exclusivamente aos seus integrantes a análise quanto à conveniência e oportunidade do mérito da proposição.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **legalidade** e **constitucionalidade** formal do projeto de lei em análise, devendo seguir o trâmite legislativo até ulterior votação em plenário, nos termos do Regimento Interno.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ijaci/MG, 04 de maio de 2020.

Julio Cezar Lima Silva Fraiz

OAB/MG 142.145

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Ijaci/MG